Carta de Compromisso com a Mobilidade Urbana Sustentável 2026

Superar os grandes desafios da mobilidade urbana no Distrito Federal exige esforços em diversos níveis. É preciso uma mudança de visão sobre o modelo de cidade que estamos construindo, sobretudo por parte dos tomadores de decisão, para que se supere o predomínio do carro na ocupação dos espaços públicos.

A população brasiliense perde, atualmente, 58 horas por ano no trânsito. De acordo com o IBGE, somos a quarta maior frota de automóveis, com 2,2 milhões de veículos, 7 carros para cada 10 pessoas. As vias estão paradas com congestionamentos cada vez mais longos. Comprovadamente, a superação dessa conjuntura não virá por mais ampliações viárias, túneis ou viadutos, que alimentam um ciclo de demanda infinita a cada nova saturação nas vias.

Motoristas parados, pedestres sem acessibilidade, passageiros em um transporte coletivo pouco confiável e desconfortável, e usuários se arriscando num metrô que dá sinais de colapso total. Todos submetidos à crescente poluição do ar e à conversão dos espaços públicos e verdes em grandes pátios de depósito de automóveis.

É preciso repensar o espaço urbano e sua ocupação para além do automóvel. É preciso compreender que a rua não é apenas um lugar de trânsito e passagem, mas também de parada, de convivência e de criação de vínculos sociais e de identidade. Por isso, as políticas de mobilidade devem ser coordenadas entre si e com outras políticas urbanas, e não fragmentadas.

Tal iniciativa contribui para a redução da emissão de poluentes atmosféricos, que prejudicam a qualidade do ar, bem como de gases de efeito estufa. O transporte é um grande emissor, com 221 mt CO2e, e o principal poluidor no DF com 2,96 mt CO2e. Todo ano, milhares de km² de cerrado são convertidos em pistas e estacionamentos.

Brasília já foi reconhecida pelo respeito à faixa de pedestres, na campanha pela paz no trânsito, nos anos 1990. Também lutamos pela criação do Dia Nacional do Ciclista. É preciso reafirmar que a rua deve traduzir o direito de todos à cidade, que a mobilidade deve ser tratada como direito da população, e não apenas como uma mercadoria a ser regulada pelo mercado. O DF deve ser planejado e cotidianamente construído com soluções que integrem geográfica e socialmente sua população, percebendo a mobilidade como eixo estruturante do direito à cidade.

Apresentamos aqui compromissos centrais para que Brasília seja conhecida como a capital do país e do planejamento urbano, e não por ser a capital dos carros e da segregação espacial.

Compromissos para os candidatos ao Poder Executivo Federal

1. Inverter a atual prioridade dada aos investimentos aos meios de locomoção, estabelecendo planos de fomento ao transporte coletivo urbano, trilhos interestaduais e reduzindo os projetos e isenções destinados ao estímulo do uso do carro.
2. Buscar a aprovação do PL das Velocidades Seguras (2789/23), que promove a readequação dos limites de velocidade, revisa critérios e permite a fiscalização por velocidade média.

3. Trabalhar pela aprovação da PEC 25/2023, que institui o Sistema Único de Mobilidade e abre caminho para um transporte público tratado como direito, com mais financiamento, integração e Tarifa Zero.

4. Assumir o papel federal de participação na gestão da política de mobilidade das áreas metropolitanas, investindo sua parte e coordenando as instâncias e órgãos pertinentes para evitar a fragmentação das ações públicas.

5. Aumentar o conteúdo para a formação de condutores e o nível de excelência exigido nas avaliações. Retomar os exames de renovação de CNH e complementá-lo com vivências simulando a condição dos ciclistas no trânsito.

6. Regulamentar as empresas de entrega e transporte de passageiros por motocicleta e sua relação com os trabalhadores, firmando um pacto entre sociedade, empresas, governo e trabalhadores para reduzir comportamentos de risco no trânsito e garantir melhores condições trabalhistas.

Compromisso dos candidatos ao Legislativo Federal

1. Apoiar o governo federal na aprovação das leis citadas anteriormente.
2. Combater todas as propostas que visam aumentar a pontuação necessária para a suspensão do direito de conduzir ou que vá contra à segurança viária.

3. Abordar a questão da segurança viária transversalmente com as áreas da saúde, moradia, educação, e meio ambiente.
4. Defender e fiscalizar recursos federais para intervenções de segurança viária no Distrito Federal;

Compromissos dos candidatos ao Legislativo e ao Poder Executivo Distrital

1. Inverter a atual prioridade dada aos meios de locomoção, estabelecendo metas de redução do percentual das viagens diárias feitas de carro ou moto, ampliando calçadas, malha cicloviária e faixas exclusivas de ônibus em detrimento dos espaços destinados ao uso individual do carro.

2. Assegurar a promoção de campanhas de educação para o trânsito, incorporando a temática dos Direitos Humanos na política de transporte, destacando a questão da diversidade e da liberdade como valores para o deslocamento da população.

3. Realizar campanhas de fiscalização para remover do trânsito condutores CNH suspensa, cassada ou inexistente.

4. Atuar com a visão de que o tombamento de Brasília não é limitador para a modernização do transporte público e ativo.

5. Orientar o planejamento urbano para diminuir as distâncias entre casa-trabalho, casa-estudo e casa-lazer, desconcentrando os investimentos, restringindo o espraiamento urbano e a ação da especulação imobiliária. Cessar o desmatamento de cerrado para a construção de bairros e RAs novas. Pelo adensamento razoável das cidades que já existentes.

6. Assegurar transparência nas ações governamentais, viabilizando auditorias e abrindo a planilha dos custos do transporte coletivo.

7. Desonerar gradativamente o usuário do transporte público coletivo do custeio do sistema de transporte, por meio da integração universal e irrestrita com financiamento não-tarifário do sistema, visando a futura implementação da tarifa zero.

8. Construir ciclovias completas, com sinalização vertical e horizontal, iluminação, arborização com plantas locais e previsão orçamentária para manutenção, priorizando para as vias arteriais e coletoras.

9. Concluir de maneira adequada as conexões inacabadas das ciclovias, dando prioridade para a fluidez da mobilidade ativa. Implementar a cultura da diminuição de velocidade preventiva antes de faixas de pedestres e cruzamentos rodocicloviários.

10. Assegurar estrutura de tratamento cicloviário em rodovias, pontes, viadutos e túneis, lugares que tendem a priorizar o tráfego

individual motorizado e a expulsar pedestres e ciclistas do trajeto, sem oferecer alternativa de deslocamento seguro e prático. Esse tratamento deve ocorrer também durante a construção.

11. Reduzir a velocidade das vias urbanas em no máximo 50 km/h para promover a humanização do trânsito, com ampliação das zonas de baixa velocidade dentro de bairros e áreas escolares.

12. Viabilizar a implantação de medidas de moderação de tráfego, com implantação de dispositivos como rotatórias, lombofaixas, sinalização horizontal e outras medidas.

13. Manter o Metrô público e garantir a qualidade e a segurança dos seus usuários. Viabilizar a expansão e modernização da rede metroviária.

14. Valorizar o trabalho dos profissionais do transporte público, com veículos elétricos, jornada de trabalho adequada, formação contínua e pontos de apoio para intervalos qualificados.

15. Criação de empresa pública para a gestão dos estacionamentos pagos em áreas públicas. Implementação da Zona Verde de forma gradual, transparente e constante para que a sociedade se adapte ao processo.

16. Desenvolvimento de uma política de supressão de vagas e estacionamentos e direcionamento da área para um uso social. Fiscalização contínua dos estacionamentos irregulares.

17. Instalação de paraciclos em todos os conjuntos comerciais e bicicletários em todos os terminais rodoviários e prédios públicos do DF.

18. Aumentar o quadro de gestores públicos concursados da SEMOB nas áreas relativas à mobilidade ativa, engenharia de trânsito e urbanismo. Retornar o DER para a tutela da SEMOB como previsto na Lei Orgânica do DF.

19. Implementar na prática a Visão Zero no trânsito do DF, tendo como objetivo a redução de mortes para zero. Realizar a adaptação de locais com sinistros para que não mais se repita.

20. Atingir até o final da gestão a diminuição de 50% das emissões de carbono do transporte urbano e da mudança do uso do solo.

21. Implantação em cada Região Administrativa de uma Rua do Lazer e de uma Área de Proteção para o Ciclista Atleta (APCA). Construção de um velódromo para nossos atletas.

22. Abaixo à construção de novas pontes sobre o Lago Paranoá e a privatização de sua orla.

23. Implementar o PDTU e manter a prioridade definida nele e na Lei 12.587/12. Assegurar o controle social das políticas públicas por meio de Conselho deliberativo com participação 50% sociedade civil, 25% Poder Público e 25% Segmentos Setoriais e que trate da formulação e avaliação de políticas e da transparência sobre sua gestão.

24. Implementar o Fundo de Mobilidade Urbana Sustentável e direcionar para ele o superávit da cobrança de estacionamentos, 1% do IPVA e das infrações de trânsito.

25. Priorizar investimentos de urbanização e mobilidade nas cidades e bairros de baixa renda com menos infraestrutura.

Eu, _____,
candidato(a) ao cargo de _____
pela coligação _____ e
partido _____
afirmo que, caso seja eleito(a), cumprirei os itens acima, a fim de garantir a melhoria das condições de mobilidade e qualidade de vida no Distrito Federal.

_____
Nome do (a) candidato (a)

_____
Assinatura

Brasília, ____ de setembro de 2026.